



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5830

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 30/03/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LE S/Nº/2004. (RETIRADO). Cria o "Conselho Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência – CMPD", e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 27.4 **Posição:** 17 **Número de folhas:** 06

Especie: PL
Categoria: Pendentes
Cl: 27.4
Ordem: 17
nº fls: 01



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.004

AUTOR:

VEREADORA : FÁTIMA PEREIRA MACEDO

ASSUNTO:

Cria o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (CMPD)

e da outras providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 30/03/2.004
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 -
- 4 - VISTAS POR 3 DIAS EM 04.05.2004
- 5 - RETIRADO DE TRAMITAÇÃO EM
- 6 - 11.05.2004
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Carica



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo

Projeto de Lei nº 12004

Cria o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (CMPD) e da outras providências.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, por esta Lei, O Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (CMPD), vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com a finalidade precípua da formulação e implementação da política de promoção das pessoas portadoras de deficiência, no sentido da sua inserção na cidadania ativa.

Art. 2º - Para melhor concretizar sua finalidade, o CMPD terá as seguintes atribuições:

I-Promover medidas que visem à proteção, a assistência e a defesa dos direitos dos portadores de deficiência;

II-Articular e apoiar projetos e atividades que possam contribuir para a solução dos problemas dos portadores de deficiência;

III-Opinar sobre critérios de atendimento e recursos financeiros destinados pelo Município a entidades que prestam serviço aos portadores de deficiência;

IV-Acompanhar e assessorar a elaboração de projetos de Lei a serem encaminhados à Câmara Municipal, que sejam de interesse dos portadores de deficiência;

V-Acompanhar o trabalho dos demais conselhos de direitos, no que tange aos portadores de deficiência;

VI-Incentivar o desenvolvimento de projetos que objetivem a participação dos portadores de deficiência nos diversos setores de atividades sociais;

VII-Apoiar campanhas de conscientização e programas educativos para a sociedade em geral, visando à valorização do portador de deficiência;

VIII-Opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas relativas à lesão dos direitos dos portadores de deficiência;

IX-Aprovar e propor o regimento interno.

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
29/03/2004	
HORAS: 12:10	
ASS:	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo

Art. 3º - O CMPD é constituído por membros representantes de órgãos governamentais e de entidades não-governamentais:

§1º- São membros governamentais os representantes dos seguintes órgãos:

I-Secretaria Municipal de Governo;

II-Secretaria Municipal de Saúde;

III-Secretaria Municipal de Educação;

IV-Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;

V-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes-SEDESE;

VI-Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente-CAADE;

VII-22ª Superintendência Regional de Ensino;

VIII-Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES;

IX-Delegacia Regional do Trabalho;

X-Câmara Municipal de Montes Claros;

§2º- Os representantes governamentais dos incisos de I a VI do parágrafo anterior e seus suplentes, um para cada órgão. Serão indicados pelos titulares das unidades administrativas respectivas.

§3º-São membros não-governamentais (um para cada entidade e respectivos suplentes) os representantes indicados pelas seguintes entidades:

I-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);

II-Associação dos Surdos de Montes Claros (ASMOC);

III-Associação dos Deficientes Físicos de Montes Claros (ADEMOC);

IV-Escola Estadual de Ensino Especial Abdias Dias de Souza;

V-Centro Pedagógico Capelo Gaivota;

VI-Fundação Educacional Clarice Albuquerque;

§4º-Outras entidades poderão se fazer representar no CMPD, desde que preencham as seguintes condições:

a) Tenham personalidade jurídica reconhecida oficialmente;

b) Tenham funcionamento regular, com desenvolvimento de políticas e ações de promoção da pessoa portadora de deficiência, por tempo não inferior a 2 (dois) anos;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo

c) Requeiram, por ofício, sua representação no conselho e sejam assim reconhecidas por maioria absoluta de seu plenário.

Art.4º-As normas do CMPD serão regulamentadas em Decreto do Prefeito de Montes Claros, no prazo máximo de 60(sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art.5º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 25 de março de 2004.


FÁTIMA PEREIRA MACEDO
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 31 DE MARÇO DE 2004

PRESIDENTE

Transmitir a Ilustre

Yuri
Autor



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2004 QUE “Cria o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (CMPD) e dá outras providências.”, de autoria da Vereadora Fátima Pereira Macedo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento visa criar o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, a ser vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com a finalidade precípua da formulação e implementação da política de promoção das pessoas portadoras de deficiência, no sentido da sua inserção na cidadania ativa. Terá como atribuições, dentre outras: promover medidas que visem à proteção, a assistência e a defesa dos direitos dos portadores de deficiência; articular e apoiar projetos e atividades que possam contribuir para a solução dos problemas dos portadores de deficiência (...). O CMPD será constituído por membros representantes de órgãos governamentais e entidades não-governamentais.

Com fulcro nos artigos 84 e 85 da *Lei Orgânica Municipal*, temos: São organismos de cooperação com o Poder Público: os Conselhos Municipais e as fundações e associações privadas. Os Conselhos Municipais terão por finalidade auxiliar a Administração na análise, no planejamento e na decisão de matérias de sua competência.


“ Art 86- A lei autorizará o Executivo a criar Conselhos Municipais, cujos meios de funcionamento este proverá, definindo, em cada caso, atribuições, organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato. ”

A atribuição do Plenário é deliberar na forma regimental, votando leis, decretos legislativos, resoluções e proposições uninominais de interesse da Administração municipal, tais como: autorizações e aprovações de matéria do Executivo submetida à apreciação da Câmara.. Compete à Câmara somente *autorizar* o prefeito a praticar o ato administrativo que dependa da concordância da Edilidade. Ao chefe do Executivo é que incumbe, sempre, praticar concretamente o ato autorizado pela Casa Legislativa.

Cabível, no caso em tela, sugestão do Legislativo ao Executivo, no sentido de que, estude juntamente ao setor competente da municipalidade, a possibilidade de que seja encaminhado a esta Casa Legislativa, para eventual aprovação, o Projeto de lei que " Dispõe sobre a criação do Conselho (...)".

Ex positis, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo o que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

Montes Claros/MG., 12 de abril de 2004.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/MG 81.617